

## **Sou Diferente e Igual. Discriminação, violência e estratégias de sobrevivência de mulheres com deficiência**

Maria da Conceição Quinteiro, Carlos Veloso da Veiga, Paula Campos Pinto

<sup>1</sup> Socióloga, Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas NUPPS da Universidade de São Paulo e Centro de Estudos em Comunicação Social (CECS) da Universidade do Minho, Braga, Portugal, [mquim@usp.br](mailto:mquim@usp.br); <sup>2</sup> sociólogo, Centro de Estudos em Comunicação Social (CECS) da Universidade do Minho, Braga, Portugal, [cveiga@ics.uminho.pt](mailto:cveiga@ics.uminho.pt); <sup>3</sup> socióloga, Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, ISCSP, Universidade de Lisboa, [ppinto@iscsp.ulisboa.pt](mailto:ppinto@iscsp.ulisboa.pt)

**Resumo:** Este artigo assenta em entrevistas a 28 mulheres com diversas idades e tipos de deficiência. Consideraram-se os relatos de episódios contendo atitudes e práticas de discriminação com enfoque nos últimos cinco anos. As violências institucional e simbólica parecem ser os tipos de violência que mais afetam estas mulheres. O artigo também refere as práticas com que as mulheres reagem às discriminações sentidas e as estratégias de sobrevivência que constroem para minorar as consequências das violências a que se encontram mais expostas. Contrariando parte significativa da literatura, onde se afirma que é nas suas famílias que as mulheres com deficiência sofrem os piores atos de discriminação e violência, os relatos mostram que o espaço familiar não é, para a maioria, um espaço particularmente hostil.

**Palavras-chave:** mulheres, deficiência, violência, discriminação.

**Title:** I'm Different and Equal. Discrimination, violence and coping strategies of women with disabilities

**Abstract:** This article is based on interviews of 28 women of varying age and type of disability. We analyse reports of episodes that contain discriminatory attitudes and practices that occurred within the last five years. Institutional and symbolic violence seem to be the types of violence that affect these women the most. In this study we also investigate how women react to perceived discrimination as well as survival strategies that they create to minimize the consequences of the violence to which they are exposed. Unlike most studies found in the literature, which state that it is within their families that women with disabilities suffer the worst acts of discrimination and violence, this study showed that the majority does not find the familiar environment particularly hostile.

**Keywords:** women, disability, violence, discrimination.

**Título:** Soy diferente y igual. La discriminación, la violencia y las estrategias de supervivencia de las mujeres con discapacidad

**Resumen:** Este artículo se basa en entrevistas con 28 mujeres de diferentes edades y tipos de discapacidad. Se consideraron los informes de los episodios que contenían actitudes y prácticas discriminatorias que han tenido lugar en los últimos cinco años. Las violencias institucional y simbólica parecen ser los tipos de violencia que más afectan a estas mujeres. En el artículo también se refiere a las prácticas con que las mujeres reaccionan a la discriminación, así como a las estrategias de supervivencia que construyen para aliviar las consecuencias de la violencia a que son más expuestas. Al contrario de una parte significativa de la literatura, que indica que es en sus familias que las mujeres con discapacidad sufren los peores actos de discriminación y violencia, los informes muestran que el espacio de la familia no es, para la mayoría, un espacio particularmente hostil.

**Palabras clave:** mujeres, discapacidad, violencia, discriminación.

## Introdução

As atualmente denominadas pessoas com deficiência já foram rotuladas de inválidas, aleijadas ou deficientes, portadoras de deficiência ou com necessidades especiais. A mudança nas designações ajustou-se ao processo civilizacional (Elias, 1990), indo das mais negativas e indignas até à atual denominação (Sasaki, 2014; De Nubila *et al.*, 2008). Em Portugal a literatura sobre o tema usa cada vez mais o termo “pessoas com deficiência”, ao passo que na de língua inglesa o termo usado é “disabled people”, na espanhola usa-se “personas discapacitadas” e na língua francesa são designadas de “personnes handicapées”. No caso da língua portuguesa a denominação usada está em consonância com a Convenção Sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência de 2006. A Convenção reconhece os direitos civis, culturais, políticos, sociais e económicos e pessoais, pois almeja a promoção, a proteção capazes de assegurar o bem estar em condições de igualdade e de liberdade para as pessoas com deficiência<sup>1</sup> (ONU, 2006). Este reconhecimento decorre do facto de essas pessoas sentirem mais do que a maioria das outras os efeitos das diferenças físicas e sociais, as quais, fazem com que estejam mais expostas a sofrer violência física, emocional e sexual e a serem segregadas e desvalorizadas socialmente. Muitas carecem de autonomia e têm reforçada a sua dependência de outrem, ou seja, vivem privadas da liberdade de escolha e o que denominamos “desempoderamento”, a ausência de poder para escolher, entre as oportunidades dadas, os rumos das suas vidas<sup>2</sup>.

O desenvolvimento material e não material é condição *sine qua non*, pilar fundamental para a efetivação dos direitos humanos, pois repercute-se diretamente nas condições de vida, não só da população em geral, mas igualmente da população com deficiência, sobretudo quando se trata das mulheres com deficiência. No *Informe Mundial Sobre la Discapacidad* (OMS, 2011) refere-se que a situação de pobreza pode aumentar o risco de ter uma incapacidade e citam-se vários estudos empíricos que mostram que as pessoas com deficiência e suas famílias sentem desvantagens económicas e sociais maiores do que as restantes. A opção pelas mulheres deve-se ao facto de serem numericamente superiores na balança das violências perpetradas contra os seres humanos. Além do mais, as mulheres com deficiência constituem um grupo altamente vulnerável aos vários tipos de discriminação e de violência, o que nos reporta à génese da condição de desigualdade que encerra a relação social de género. E, a este propósito, há que recordar que na 4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Pequim, setembro de 1995, a violência contra a mulher foi definida como qualquer “ato de violência

<sup>1</sup> Os princípios fundamentais da Convenção Internacional sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência são: (a) O respeito inerente à dignidade, autonomia individual, incluindo a liberdade de fazer suas próprias escolhas e a independência das pessoas; (b) Não-discriminação; (c) Inclusão e participação plena e efetiva na sociedade; (d) Respeito pela diferença e aceitação da deficiência como parte da diversidade humana e humanidade; (e) Igualdade de oportunidades; (f) Acessibilidade; (g) Igualdade entre homens e mulheres; (h) Respeito pela capacidade em desenvolvimento das crianças com deficiência e respeito aos direitos das crianças com deficiência de preservarem suas identidades.

<sup>2</sup> FRA - Agência dos Direitos Fundamentais da Comissão Europeia, realizou o Inquérito sobre Violência contra as mulheres, à escala da União Europeia: 60% das inquiridas portuguesas dizem que a violência contra as mulheres “é muito comum” e 33% que é “bastante comum”. A média europeia é maior que a portuguesa: 78% para “muito comum” e 27% para “bastante comum”. Já 62% das inquiridas não conhecem casos de violência contra as mulheres, no seu ambiente familiar e amigos. Nesse inquérito Portugal está entre os dez países da EU com menos vítimas de violência [www.fra.europa.eu](http://www.fra.europa.eu).

baseado no género que tem como resultado possível um dano físico, sexual ou psicológico, inclusive ameaças, coerção ou a privação arbitrária da liberdade, seja na vida pública ou na vida privada”.

### Questões metodológicas

Este trabalho, por ser norteado pelo método qualitativo, não pode ser considerado estatisticamente representativo. Para a sua concretização recorreremos a entrevistas realizadas a uma amostra de 28 mulheres com deficiência sobre maus tratos e discriminações sofridos nos últimos cinco anos, amostra obtida através das organizações de e para pessoas com deficiência. Essas entrevistas foram-nos disponibilizadas tendo a sua preparação e realização ocorrido no âmbito do projeto de investigação “Indicadores Sociais para a Monitorização dos Direitos Humanos da Deficiência: Um Estudo Exploratório<sup>3</sup>. Todas as entrevistas foram previamente gravadas e transcritas integralmente no seu conteúdo, sendo posteriormente analisadas usando tabelas com categorias previamente identificadas.

Portanto, as mulheres são as protagonistas deste trabalho. São cerca metade da humanidade, e compõem, juntamente com seus parceiros homens, a relação social de género. Relação construída dia após dia, passada de mãe para filha, permeando o imaginário social, nesse processo de aprendizagem milenar. Trata-se de uma relação social, que do ponto de vista sociológico, e conforme Weber (1971), significa a interação recíproca que orienta as ações de uns e outros. A relação social pressupõe o comum acordo entre os sujeitos da relação, na medida em que as suas condutas estão relacionadas. Quanto aos significados das ações, os mesmos podem ser alterados para, por exemplo, os atores poderem fazer negociações para condutas futuras, de modo que cada ator possa orientar suas ações no sentido do acordo prévio. Isto possibilita a mudança das ações que denotam “desigualdades” em ações de “igualdade”. A especificidade da relação de género, ao relacionar mulheres e homens, abriga todas as diferenças entre eles quando interagem nas várias instâncias da sociedade. Cada um, de *per si*, transporta para a relação uma bagagem subjetiva comum ao imaginário social, mais as suas idiossincrasias pessoais. As diferenças de género são ensinadas às meninas e aos meninos e, nesse processo de aprendizagem, formam suas identidades de género, sempre opostas. O que isto significa? Que aos meninos, em casa, na escola, na rua, lhes é ensinado que detêm uma superioridade em relação às meninas sobre as tarefas ordinárias da vida, ao bem-estar, às prioridades familiares etc. E às meninas são ensinados os deveres dos cuidados, da submissão, da inferioridade perante os meninos etc. Desde a antiguidade ocidental, essa dicotomia separava homens e mulheres: elas na procriação, nos negócios da casa, nos cuidados dos membros familiares. Eles ocupados com a vida da cidade, com a política, com a cultura, com os prazeres. Tanto a superioridade masculina, como a inferioridade feminina, concebidas socialmente, perpetuaram esta “naturalidade”. Os homens portavam, entre outros, o trunfo inquestionável de pensar, de usar a razão, capazes de discernimentos e de abstrações. Já às mulheres, relegadas à sua condição de inferioridade, guiavam-se pela intuição, incapazes de pensar. Não valiam, não tinham valor (Quinteiro, 2003). A partir dessa

<sup>3</sup> Projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia PTDC/IVC-SOC/4708/2012, coordenado por Paula Campos Pinto, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas-Universidade Técnica de Lisboa (ISCS-UTL), em cuja equipa de investigação também participou o coautor deste artigo.

construção dicotómica, a história foi escrita e a relação de género também. A relação de género vem sendo ajustada ao longo dos séculos. No atual momento histórico, muitos estereótipos caíram em desuso, muito se avançou na qualidade de vida das mulheres e houve uma clara melhoria na convivência entre homens e mulheres. É certo que ainda faltam os ajustes das mentalidades, como, por exemplo, a “naturalidade” atribuída aos fenómenos sociais e às aprendizagens de género, que determinam que as mulheres ainda devem ser tratadas, em muitas situações, como seres inferiores.

Para a maioria das mulheres da amostra, a sua condição de pessoas com deficiência foi adquirida devido a acidentes ou doenças que poderiam ser evitadas se tivesse havido cuidados preventivos por parte das protagonistas e também do sistema de saúde, além de atenção nas estradas e outras vias públicas. Caracterizando socialmente e situando estas 28 mulheres no universo da deficiência, temos: a) Tipo de deficiência: mobilidade (25%); intelectual (14,3%); psicossocial (17,9%); multideficiência (14,3%); 12% auditivas (7,1%); visuais (17,9%); outras (3,6%); b) origem da deficiência: adquirida (72%); à nascença (28%); b) Tipo de residência: arrendada a privados (28%); habitação social arrendada (36%) casa própria ou da família (32%); lar residencial (4%); d) com quem residem: marido/companheiro e filhos (36%); pais, irmãos, marido/parceiro e filhos (44%); sós (8%); lar residencial (4%); tios (4%) e primos (4%); e) classes de idades: dos 15-20 anos (16%); 21-29 anos (20%); 30-40 anos (16%); 41-50 anos (12%); 51-60 anos (24%); 60 e mais anos (12%); f) escolaridade: básico (32%); secundário (44%); superior incompleto (16%); superior completo (4%); frequentando formação (4%); f) situação face ao trabalho: empregadas (10,7%); sem ocupação (39,3%); estagiárias (7,1%); estudantes (28,6%); reformadas (14,3%).

A questão chave do questionário, a partir da qual se estruturou o respetivo guião, apelava à memória do que aconteceu desde os últimos cinco anos até ao momento da entrevista. Pedia às mulheres que relatassem situações que lhes trouxeram constrangimentos, maus tratos, que as fizeram sentir-se postas de lado, excluídas, desrespeitadas ou impedidas de participar por causa da deficiência. Não lhes foi sugerido nenhum tipo de violência e os relatos nem sempre seguiram a cronologia sugerida pelo guião. Na verdade, o que mais importava era recolher os seus testemunhos sobre alguns episódios que denotaram atitudes e práticas de discriminação. As mulheres entrevistadas, independentemente da idade, escolaridade, classe social, tipo de deficiência, estado civil, com quem moram, se têm trabalho ou não, deveriam lembrar acontecimentos passados nos seus quotidianos de vida, as suas perceções, opiniões e sentimentos decorrentes das situações vividas na condição de pessoas com deficiência. Relembrar sobretudo algumas situações concretas que lhes causaram sentimentos e/ou ações de discriminação, exclusão, desrespeito, dor física e humilhação, dando conta dos maus tratos, das ocasiões em que foram postas de lado, se foram ou se sentiram excluídas. Também interessavam as situações com respeito à auto exclusão e à sua interpretação de palavras e gestos recebidos como denotando preconceito ou discriminação velada a seu respeito.

A partir deste marco, acabaram por discorrer sobre diversas questões do quotidiano, tais como as relações de sociabilidade, trabalho, escola, lazer e família. Relataram também como reagiram às discriminações sofridas e mostraram-nos as maneiras como os outros e elas próprias encaram a sua deficiência. Também falaram do que lhes deu satisfação, com esta informação a fazer prova do quanto pouco participam numa sociedade que se quer inclusiva. Enfim, contaram-nos parte das suas histórias de vida enquanto protagonistas de situações de discriminação, mas também de amor, revolta,

resignação e esperança. E, por fim, apresentaram algumas sugestões para melhorar a condição de vida das mulheres com deficiência, por forma a enfrentar a cadeia dos preconceitos e da desvalorização que circula socialmente.

### **A deficiência como especial diferença**

A violência sobre as mulheres com deficiência enquadra-se na violência contra as mulheres em geral, que está definida no ponto 113º do Relatório da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher como sendo “Todo o ato de violência baseado no género que tem como resultado possível ou real um dano físico, sexual ou psicológico, incluindo as ameaças, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, quer ocorra na vida pública ou privada” (ONU, 1996, p.51). Portanto, de acordo com a definição, violência não é apenas a agressão física visível que provoca mazelas corporais que a visibilizam, inclui outras ações que atinjam a esfera dos direitos humanos nas suas várias dimensões. A violência contra as mulheres com deficiência como mostram diferentes estudos é um sério problema social (Petersilia, 2001; Powers *et al.*, 2002; McCormack *et al.*; 2005; Coker *et al.*; 2005; Horner-Johnson & Drum, 2006; Brownridge, 2006; Martin *et al.*, 2006; Saxton *et al.*, 2006; Mays, 2006; Smith, 2007; Casteel *et al.*, 2008). Por exemplo, segundo Mays (2006, p. 151), os riscos das mulheres com deficiência serem vítimas de violência é maior do que nas mulheres sem deficiência e mesmo do que nos homens com deficiência. Inclusivamente as mulheres com deficiência estão mais expostas à discriminação, à pobreza e ao isolamento, tendem a ter salários mais baixos e estão mais sub-representadas no mercado de trabalho do que os homens com deficiência. A discriminação exercida manifesta-se no tratamento desigual que lhes é dado por serem consideradas inferiores, indefesas e não merecedoras de direitos. E, no gradiente das diferenças, a deficiência é uma diferença especial dentre as demais em relação ao padrão convencional, pois a pessoa requer cuidados e atenção das instituições públicas, dos familiares e dos amigos. Estes nem sempre estão preparados para cultivar a convivência que exige atitudes de desprendimento e de generosidade. Atitudes raras nos repertórios de ações que compõem os estilos de vida das pessoas nas várias camadas sociais, seja na sociedade portuguesa, ou noutras. Todos nós, em geral, sem pouca ou nenhuma reflexão nos deixamos “automaticamente” levar pelo “mainstream”, a corrente principal, que rege a homogeneização dos gostos, dos valores calcados no consumo de ideias e mercadorias. Em geral, a possibilidade de fazer sacrifícios pessoais traduzidos em atenção, cuidados com a higiene, medicação, alimentação, lazer etc., para com pessoas com deficiência, afasta os mais próximos. A busca do prazer e do sucesso, pela criação de uma individualidade que se diferencie das demais, tornou-se um fim em si mesmo para as mulheres e homens contemporâneos. Nesse quadro hedonista da modernidade, em que o sacrifício para com o outro é descartado e, no caso das mulheres com deficiência, a não aceitação é ainda mais agravada, sobretudo quando por incumprimento do estabelecido pela relação de género, essas mulheres não conseguem ter a seu cargo os cuidados com os outros, ao longo de suas vidas. Mas, ao contrário são elas a necessitar de cuidados de outrem.

Para efeitos da análise de conteúdo das entrevistas considerámos violência todas as formas de discriminação relatadas pelas mulheres entrevistadas: a violência física, o abuso verbal, económico, emocional, sexual, o isolamento forçado, intimidação, abandono, negligência da medicação, da alimentação, da higiene, exploração no trabalho, financeira etc. Portanto, as mulheres com deficiência podem sofrer várias formas de

discriminação que permitem identificar os seguintes tipos de violência: a) violência psicológica - (sentir-se com medo, inútil, humilhada, desrespeitada, excluída de participar do convívio com outros, constrangida, assédio moral no trabalho, nas escolas etc.); b) violência física - (com murros, socos, pontapés, facadas, bofetadas, queimaduras etc.); c) violência sexual - (ser forçada a ter relações sexuais, ou outras práticas não desejadas, estupro, assédio sexual, etc.); d) violência económica - (ser destituída do controle do próprio dinheiro, apropriação indevida dos seus próprios bens, seja por familiares ou não, não ver remunerado o trabalho que presta, etc.); e) violência institucional - (desrespeito aos direitos básicos de cidadania, como acesso a educação, ao trabalho, à saúde; maus tratos, postas de parte, abuso verbal por parte dos agentes institucionais nos lares, nos hospitais e outros locais; impedimento de pedir ajuda, cerceamento da liberdade de ir e vir, de agir, de opinar; ser extorquida nos seus proventos pelos agentes institucionais); f) assédio moral no trabalho (ser exposta a situações vexatórias, constrangedoras e humilhantes, praticadas por uma ou mais pessoas. Tais como, ser ridicularizada, inferiorizada, castigada, culpabilizada e desestabilizada emocionalmente); g) violência simbólica (ser alvo de atitudes e comportamentos de imposição da ordem social vigente, que provém da interiorização das regras sociais da cultura dominante, segundo as quais as pessoas com deficiência são representadas como inferiores às restantes pessoas e alvo de censura, em geral dissimulada, pelo que nem sempre as algumas situações vividas são identificadas como formas de violência).

A violência institucional parece ser a mais constrangedora, pois diz respeito a todos os direitos e políticas públicas que não são devidamente levados em conta, desde a rampa de acesso, que impede a liberdade de assistir a um teatro, ir a um hospital, até à falta de treinamento dos agentes institucionais para saber trabalhar com as pessoas com deficiência, entre outros exemplos poderiam ser mencionados.

Seja estrutural ou ocasional, passiva ou ativa, a violência manifesta-se de forma verbal, física, sexual ou psicológica ou mesmo combinando várias destas formas no decurso dos acontecimentos ou encontros sociais. De acordo com Young *et al.* (1997) as mulheres com deficiência podem experimentar a violência nas suas casas, na comunidade, nas escolas e em várias outras organizações públicas e privadas. Os protagonistas tanto podem ser membros da família próxima como cuidadores ou estranhos. O tipo de violência passiva, aquela que não deixa marcas visíveis no corpo, é a que mais humilha e fere a auto-estima das mulheres, pois a sua vulnerabilidade as torna alvo preferido para a "gender-based violence" (Haffejee *et al.*, 2005). A este propósito, Ferres *et al.* (2013) comprovaram as conclusões de investigações que apontam as mulheres com deficiência como mais vulneráveis à violência de género. Martin *et al.* (2006, p. 823) referem que as mesmas têm 4 vezes mais probabilidades de sofrer violência sexual e, segundo Manjoo (2012, p. 9), terão "duas vezes mais probabilidade de sofrer violência doméstica do que as mulheres sem deficiência". Sobretudo por estarem sujeitas a atos violentos menos visíveis decorrentes de atitudes e comportamentos discriminatórios baseados em preconceitos e estereótipos.

Vários outros fatores também ajudam a explicar a violência sobre as mulheres com deficiência. Entre eles estão a própria organização social dominada pelo poder masculino e a própria condição de pessoas com deficiência, designadamente: menor capacidade de defesa pessoal física; dificuldade de acesso à informação e ao aconselhamento devido a barreiras arquitetónicas e comunicacionais; baixos níveis de autoestima e de autoimagem; negação do exercício dos papéis sociais atribuídos às mulheres; dependência de

cuidados e assistência por outras pessoas; medo de denunciar abusos para não perder vínculos sociais e a prestação de cuidados; baixo nível de credibilidade social; viver em famílias desestruturadas ou institucionalmente em organizações especializadas (Iglésias, 2002). Segundo Sobsey (1994) podem também adicionar-se alguns mitos: desumanização, mercadoria estragada, insensibilidade à dor, ameaça da incapacidade e da impotência. De acordo com Durif-Varembont (2014, p.85), a violência sobre estas mulheres tende a repetir-se durante toda a vida, pois “A deficiência é estigmatizante e excludente”.

## **Apresentação e discussão de resultados. Situações inesquecíveis de violência e discriminação**

### **Nos transportes**

A discriminação nos transportes coletivos, autocarros e comboios, começa pelo **facto** de na sua larga maioria não estarem adaptados para receber pessoas com limitações de mobilidade ou visuais, mas também o facto dos condutores ou revisores não serem devidamente treinados para receber com educação e respeito as pessoas com deficiência. Estamos sobretudo nos domínios das violências institucional ou psicológica. Nas situações relatadas a violência sentida pelas mulheres da amostra é sobretudo endossada às práticas dos funcionários das empresas de transportes e das próprias administrações dessas empresas que, com comportamentos e atitudes discriminatórias ou ilegais as agridem pessoalmente na sua qualidade de utentes. Algumas das situações parecem acontecer de forma recorrente e ostensiva, causando dificuldades à mobilidade das mulheres, por vezes impeditivas do próprio cumprimento de obrigações laborais ou escolares:

*“Sempre tenho uma ajudazinha, dizem ó senhor motorista não é preciso vir”. Houve um que me magoou, vinha apanhar a camionete, eu vinha quase a chegar na paragem, dei sinal e ele a me ver, fez de conta que não me viu....e andou porque eu não estava na paragem. Ele não era obrigado a parar faltava uns três metros...meu companheiro há trinta anos disse “pois não podias barafustar não estavas na paragem”. Senti-me desrespeitada, foi um bocadinho desumano...ele não saiu da obrigação...mas se eu fosse “normal” teria esperado” (Carolina).*

*“Sim, também porque, ah, ah, é a carrinha que avaria, fica avariada. A carrinha é muito, ah, quando avaria, ah ah, é certo que há pessoas que não têm que ficar em casa e e, na altura uma, era sempre eu e a minha colega que ficávamos. E a justificação que eles davam era que “vocês não tão a trabalhar” (Regina).*

### **Nos locais de trabalho**

Como se pode observar na caracterização da amostra a maioria das mulheres são jovens. Caso não fossem pessoas com deficiência, provavelmente seriam socialmente produtivas e participariam plenamente na vida coletiva em todas as suas dimensões, pois, salvo exceções, parecem dispor de condições para trabalhar e auto sustentarem-se economicamente. Talvez por isso, no “mundo do trabalho”, que é o espaço que todas almejam conquistar, tentam afincadamente provar que são capazes e competentes para desempenhar funções tão bem ou melhor que qualquer outro funcionário. No entanto, os testemunhos mostram que algumas destas mulheres experimentaram a violência institucional ao entrar nesse mundo, por nele não serem reconhecidas e valorizadas pelas suas qualidades profissionais, mesmo quando as mesmas foram amplamente

demonstradas em períodos experimentais. Percebe-se que vivem amarguradas pela revolta da falta de oportunidades, pela desvalorização apriorística das suas competências profissionais ou pelo descarte não antes revelado pelos responsáveis das organizações empregadoras de que algumas mulheres foram alvo depois de esgotados aqueles períodos experimentais. Sentem na pele de modo cruel a sua situação de pessoas com deficiência a quem, por essa razão, são negadas as mesmas oportunidades que às restantes pessoas. O relato da única mulher entrevistada que exerce uma atividade profissional remunerada mostra que a deficiência pode ser pretexto para insultos e atitudes desrespeitosas, violência verbal e assédio moral dirigidos contra aquela pessoa. Refere-se a uma mulher que sendo antes agredida fisicamente pelo marido, após interromper esse círculo de horror, conseguiu um estágio numa dada organização. Essa mulher, provavelmente agradecida, submissa, fragilizada, forneceu ao seu patrão o móbil para obter uma “permissão”, não consentida, algo que parece ser comum entre as mulheres completamente “desemponderadas”, para a “gender-based violence”.

Ou, ainda, um tanto surpreendentemente sujeitas a outras formas de violência institucional quando as credenciais formativas que dão acesso a determinados postos de trabalho não são reconhecidas para que têm a chancela de uma organização para pessoas com deficiência. Neste caso a formação profissional especial recebida, ao invés de servir como garante de competências profissionais para os lugares a concurso, acaba por ser um estigma para a pessoa que a obteve através da frequência desse tipo de organizações:

*“O deficiente por norma faz mais que uma pessoa “normal”, porque o deficiente tenta demonstrar que é sempre melhor. Se tudo correu bem durante o período de contrato...tinham de apostar na minha pessoa e não é por pena que me ia aceitar...se a pessoa está a ser capaz porque não ficar com a pessoa? Até podemos ficar consigo. Até precisamos de si.. mas não ficaram...todas as pessoas precisam de oportunidades...sinto-me muito revoltada com o Estado por causa dessas políticas de emprego com aquelas normas...uma pessoa assim vai à vida. ao que uma pessoa tem que se sujeitar....tratam assim a nós porque ainda há aquele preconceito de coitadinhos” (Luísa).*

*“Trabalhava num estágio...quando me deram a notícia chorei. Cortaram-me as pernas. Quero arranjar um trabalho, ter o meu espaço pra sair do lar tenho de ter um trabalho. Eles pensam, ela não é capaz de fazer aquilo...eu sou capaz de fazer tudo. Posso ser deficiente, mas sou capaz de fazer muita coisa” (Teresa).*

*“As pessoas parece que descarregam as suas frustrações em cima das pequenas etnias e de nós, os utentes quando se revoltam contra os serviços encontram em mim um alvo fácil. Chamam-me logo cegueta, mas a raiva é contra o sistema...as minhas colegas se calhar, por serem mulheres, levam outros nomes. Putas... estão aqui a roçar o rabo nas cadeiras e nunca fazem nenhum, suas isto suas aquilo, filhas disto filhas daquilo” (Carolina).*

*“Procuro trabalho no meu currículo vai CRPG, quando leem CRPG automaticamente me põem o rótulo...e pronto sou deficiente, digo que tirei o curso de assistente administrativo. Pois vamos pensar. Depois nunca chamam. Fico revoltada. Sinto-me capaz? Claro que sim. Põem-me o rótulo e não me dão sequer a hipótese de mais nada” (Margarida).*



“Lá o senhor dizia que eu era maluca, e não sou, tenho só depressão e fibromialgia, tenho capacidade de fazer tudo... e ele tinha que descontar em alguém e então eu era o elo mais fraco na empresa. Sentia-me muito mal e também ele queria algo a mais (assédio sexual) então como eu neguei e então ele me pôs a andar e eu estava quase a acreditar que estava louca” (Ilda).

### No seio dos grupos familiares

Segundo os dados, cerca de 88% das mulheres entrevistadas vivem com os seus familiares contando com apoio e atenção das pessoas que lhes são mais próximas (pais, esposos/as, irmãos/ãs). Portanto, vivem as suas vidas nos espaços que a literatura sobre as violências domésticas e maus tratos contra as mulheres com deficiência reportam como os principais lugares dessas ocorrências (Fiduccia & Wolfe, 1999; Haffejee *et al.*, 2005; Mays, 2006; Shum *et al.*, 2006); Nixon, 2009; Thaira *et al.*, 2011; Pestka & Wendt, 2014; Patrício, 2014; Blay, 2014)<sup>4</sup>. Contudo, apenas uma mulher entrevistada relatou ter sofrido violência doméstica (física) por parte do marido. Contudo dos relatos de outras mulheres entrevistadas emerge a violência psicológica como resultado de várias formas de exclusão ou discriminação sentidas:

*“O meu pai disse-me assim mesmo na minha cara... tu sempre vais depender das pessoas pra te ajudar. Nunca vais conseguir nada por ti. Fiquei sem chão, muito triste. Eu posso ser deficiente, mas sou capaz. Ele me vê diferente dos meus irmãos. Teus irmãos é que são capazes esses sim vão me dar um futuro melhor. A minha madrastra me discriminou muito. Meus irmãos viam o meu pai me tratar mal então eles aproveitavam diziam que eu ia sempre depender deles. Eu dizia vocês não sabem o que pode vir acontecer eu não nasci assim. gozavam muito com a minha deficiência” (Teresa).*

*“Minha mãe chama-me às vezes maluca e mesmo os que estão perto de mim não conseguem perceber bem o meu problema. Sinto-me sozinha, desprezada, desrespeitada. É uma doença que não vamos buscar a praça. não compreendem. Sinto-me sem valores nenhuns. Se eles compreendessem as coisas pra mim seriam muito fáceis” (Leonor).*

*“E se for a minha irmã a chamar eles olham e prestam logo atenção. Sinto-me discriminada. E fico zangada porque eles num... eles não me ouvem e depois, mais tarde, a atitude que têm comigo. Choro. Às vezes fico no meu quarto muito triste e vejo televisão” (Cristina).*

### Nas organizações escolares

Nas organizações escolares, frequentadas por algumas das jovens com deficiência com idades entre os 15 e 20 anos, a discriminação a que são submetidas pelos seus

<sup>4</sup> Veja-se também o conteúdo dos seguintes relatórios: *Violence against Disabled women*, Center for women Policy Studies NY, março 1999; *Violence against people cognitive impairments. Report from the advocacy/ Guardianship program at the Office of the Public Advocate, Victoria, Canada, 2010*; *Informe Mundial sobre la Discapacidad, 2011*; *Domestic Violence and Disabilities National Coalition Against Domestic Violence NCADV- Public Policy Office- Washington*; *Inquérito Nacional Violência de Género CES-Nova-FCSH-UNL-GIG*, [www.sociologico.revues.org](http://www.sociologico.revues.org); *V Plano de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017. Comissão para a cidadania e igualdade de Género CIG* [www.cig.gov.pt](http://www.cig.gov.pt). *V Plano de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017.*

pares tem uma dupla faceta: exclui e promove a auto exclusão como reação à exclusão recebida. Digamos que as jovens com deficiência são excluídas e se auto excluem das atividades escolares em grupo, da convivência no lazer dentro e fora da escola. Dos seus relatos ressalta sobretudo a violência psicológica que se faz sentir através de atitudes e comportamentos de segregação, marginalização, desrespeito, por parte dos colegas, de tal modo excludentes que fica claro que estas jovens partilham ou partilharam muito mais a condição de alunas com os professores do que com os seus colegas:

*“Tinha um rapaz chamava-me nomes gozava muito comigo. me chamavam deficiente e atrasada mental. não tinha muitas amigas. Foi difícil me integrar nas turmas. Era posta de lado nos trabalhos de grupo. O professor dizia que eu tinha o direito de escolher o grupo e se eu escolhesse eles ficavam chateados. Só os professores eram meus amigos” (Ana).*

*“Num congresso que eu fui era mesmo para pessoas com deficiência, e o testemunho de uma rapariga, e ela foi interrompida de falar por ter uma deficiência! Tinha problemas na fala e falava de modo lento e quando dá por isso foi interrompida” (Eugénia).*

### **No olhar dos outros**

Da análise das entrevistas às mulheres da amostra pode-se inferir que convivem com uma relevante modalidade ilustrativa da discriminação velada, quase oculta. que circula socialmente, de difícil combate e lenta eliminação e do quanto é perniciosa no dia a dia das pessoas com deficiência. Referimo-nos, aos olhares dos outros, àqueles olhares que não têm nada de angelical ou de ingénuos, ou mesmo de libidinosos e que ferem mais do que dardos no coração. O “olhar social” que é símbolo e ferramenta poderosa da violência simbólica, oculta e passiva, que as mulheres captam nos olhares dos outros, e que advém do desdém e da intolerância socialmente dominante a que todas as mulheres da amostra aludem. Ele surge como algo que, de *per si*, apesar de calado e silencioso lhes diz mais sobre o seu estatuto socialmente deteriorado do que mil gestos e palavras negativos. Exatamente, por que apesar de ocultos ou dissimulados, tais olhares podem ser desferidos a qualquer hora e lugar contra estas mulheres, simplesmente por serem pessoas com deficiência. E, a esse “olhar social” algumas mulheres submetem-se, outras ignoram-no, mas há também as que o enfrentam com coragem e destemor:

*“Muitas pessoas olham-me de lado, tratam-me mal sem dizer nada...eu cuido da minha vida” (Teresa).*

*“Sinto que me olham de uma maneira diferente...na rua os olhares quando vem que ao lado há uma pessoa com deficiência olham diferente” (Lurdes).*

*“Nós vivemos com os olhos dos outros e a forma com que me olham, faz com que eu tenha pena de mim, então achamos que não somos merecedores de felicidade” (Margarida).*

*“Antes era mais nova, era rotulada de coitadinha. os olhares de intimidação. Hoje já lido bem com isso, já não me faz tanta confusão” (Natércia).*

### **Práticas e estratégias. Driblar o quase inevitável e mostrar capacitação**

As mulheres entrevistadas quando relataram algumas das situações em que sofreram maus tratos e discriminações, também se referiram à forma como reagiram a essas situações. Se a maioria reagiu com mágoa e tristeza outras atribuíram-nas à

ignorância das pessoas em relação às questões da deficiência e à mentalidade estereotipada e preconceituosa que ainda vigora na sociedade portuguesa, reconhecendo contudo que se vem assistindo a uma melhoria quanto ao tratamento dispensado às pessoas com deficiência. Os seus relatos também revelam as estratégias de sobrevivência que tecem para driblar comportamentos e atitudes discriminatórias com que se confrontam. A estratégia principal tem um cariz preventivo que consiste no que podemos designar de “práticas de evitamento”. Consiste em evitar lugares ou situações que podem ser propícios à ocorrência de afrontas, violências e discriminações. A prática que mais sustenta essa estratégia consiste no mínimo contacto social resguardando-se as mulheres na companhia dos pais, irmãos, maridos, filhos e de alguns amigos, evitando conviver com outros grupos de sociabilidade ou optando pelo isolamento nas suas casas para não enfrentarem as expectáveis situações de discriminação:

*“Se eu percebo afasto-me não deixo que me desrespeitem, afasto-me” (Carolina)*

*“Evito ao máximo os contactos sociais. É uma forma de me proteger, evito que aconteçam situações desagradáveis pra não ficar traumatizada com...seja o que for” (Margarida).*

*“No trabalho eles gritam berram por qualquer coisa. eu falo baixinho pra não berrarem comigo, não me insultarem. Falo baixinho isso induz com que as pessoas também falem baixo não elevarem a voz, mas quando eles querem gritam na mesma” (Carolina).*

*“Eu fujo de situações...faço uma cara de poucos amigos, as pessoas entendem que não tou a gostar da discriminação” (Margarida).*

*“Quando a pessoa tá com a auto estima em baixo os outros sentem e excluem. Por isso é que eu quando vou para a rua tento sorrir, ser simpática” (Ilda).*

*“As pessoas não sabem como lidar com os deficientes e excluem e da nossa parte fechamo-nos em casa, porque somos excluídas da sociedade” (Lurdes).*

*“Eles conseguem fazer tudo. eu não conseguia e depois fico à parte. não queria estar a lhes chatear. Eu excluía-me de participar. Elas sempre me chamam, eu sempre recusei. Medo de não conseguir, que fiquem zangados comigo” (Marta).*

A outra estratégia de sobrevivência identificada consiste no apelo à autoestima e à coragem para evitar os efeitos dos infortúnios e/ou atenuá-los. As mulheres que seguem esta estratégia em vez de se furtarem ao convívio social enfrentam as adversidades com certo destemor e pensamento positivo:

*“Antes viam-me com outros olhos, como coitadinha e eu aceitava acreditava nisso, até que hoje não me sinto coitadinha e não aceito que me chamem. mudou, tratam-me melhor” (Isabel).*

*“Um colega caçoou do meu andar. Achei até piada, que merecia ser gozada... é triste... mas é isso” (Margarida).*

*“Quando se está com a estima em baixa as outras pessoas também sentem um bocado isso...e excluem” (Elisa).*

Os relatos das mulheres entrevistadas deixam transparecer que quanto mais alta a sua autoestima, mais segurança emocional elas expressam em atitudes que deixam

transparecer para os outros o seu valor, além do fundamental, que é o status social de que provêm. Contam com suas próprias forças. E na interação com os outros, que é mutuamente referida, as atitudes de uns e outros são compreendidas. Assim, quando as mulheres transmitem firmeza para os seus interlocutores, elas recebem em troca um tratamento mais respeitoso. Já ao contrário, quando endossam os preconceitos e estereótipos sentidos, mantêm a sua vulnerabilidade e sentem-se diferentes, o que significa sentirem-se inferiores.

Além disso, parece-nos evidente que a maneira como encaram os olhares dos outros, o olhar social, está interligada ao maior ou ao menor grau de dependência em relação aos outros. E quanto maior a dependência das mulheres entrevistadas mais o olhar social crava a sua marca discriminatória. Das linhas e entrelinhas das falas das entrevistadas pode inferir-se que as dependências económica, afetiva, física, e psicológica, estejam entre as principais causas geradoras de conflitos, maus tratos, cuja gravidade é superior ao olhar social no gradiente das violências sofridas. Além disso, a dependência, geralmente eivada de vulnerabilidades, além de constrangedora, é muitas vezes promotora de humilhações porque envolve tanto as pessoas próximas de contactos restritos como as estranhas. Por exemplo, chamou-nos a atenção o desconforto que sentem ao se referirem ao termo deficiente. Não foi relatado o porquê desse desconforto. Mas palpamos que remete para o estigma que a palavra encerra.

Além disso, as entrevistadas também revelaram que por entre as adversidades do quotidiano, também mobilizam alguns sentimentos, atitudes e certezas, que lhes trazem algum bem estar. Esta mobilização só é possível porque acreditam que são capazes. Ser “capaz” parece que encerra um significado muito caro para elas: a mudança de patamar que as equipara às mulheres sem deficiência. As entrevistadas que mais reivindicam ser consideradas capazes parece ser as que apresentam mais autonomia, pois desenvolvem atividades diversificadas e buscam a sua independência e participação social, mesmo necessitando de algum apoio pessoal:

*“Tenho deficiência, mas sou capaz e quero ter independência” (Carolina)*

*“O futuro é lutar pela sua vida independente e ter direito a ela, conforme quer, não ser encafuada num lar” (Sara).*

*“Eu sou capaz também de fazer tudo. Posso ser deficiente mas sou capaz. Quero um trabalho para ter a minha liberdade...queria ter os meus direitos...preciso ter autonomia” (Teresa).*

*“Quero ser bem tratada, não como coitadinha, que é o que pensam. Quero os meus direitos, sou cidadã, capaz, não sou deficiente. Eles põe a gente toda num balaio. Temos a nossa vida própria” (Eugénia).*

*“Eu inscrevi-me na Associação. Não é só dança, temos feito várias atividades, natação...eu experimentei vários desportos. Faz-me bem conversar com outras pessoas que não só da família. A gente depende mas, há sempre coisas que dá pra fazer sozinha” (Natércia).*

### **Considerações finais e algumas sugestões**

Por que será que as mulheres com deficiência geralmente sucumbem aos estereótipos e acusações que lhes são desferidos? Seja no ambiente familiar ou não. Um ditado popular vem bem a calhar, “quem tem muito, muito vale e quem não tem nada, nada vale”, ou seja, o círculo vicioso que perpetua e mantém as pessoas nos seus

devidos lugares, uns e outros independentemente de quem são na hierarquia social. É como se houvesse uma lei social “natural” para a permanência imutável, prescrita na sina do nascimento. Naturalização que presidiu as relações sociais na pré-modernidade. Vemos a todo instante resquícios de outras épocas que nos chegam, pois ainda povoam o imaginário social, como será o caso dos preconceitos e estereótipos sobre a deficiência que vêm de longa data.

Como foi referido, parte da literatura afirma que nas mãos dos familiares e demais pessoas próximas, as mulheres com deficiência podem constituir o alvo prioritário para as descargas raiosas, agressões físicas, psicológicas, sexuais, devido à sua situação de vulnerabilidade e dependência. Contudo, nos relatos das mulheres da amostra percebe-se que o seu espaço familiar não é necessariamente hostil, pelo menos ao nível do “terror” com que o descreve boa parte da literatura. Talvez, por a mesma estar contaminada pelo fenómeno segundo o qual, “nosso entendimento científico está limitado e distorcido por um conceitualismo descabido que transplanta interpretações de realidades sociais que são outras, distantes e diferentes, que nos torna estrangeiros em face do que realmente somos e vivemos” (Martins, 2000, p.12). Na verdade, não podemos deixar de chamar a atenção para a especificidade da sociedade portuguesa, no que diz respeito à relação das pessoas com deficiência e suas famílias, pois nos parece que não se assemelha ao padrão esperado caso as famílias portuguesas fossem uma cópia fiel das que emergem de boa parte da literatura sobre o tema. Se assim fosse, a maioria das mulheres da nossa amostra não estaria, apesar das reclamações, tão confortavelmente situadas na convivência com os seus familiares mais próximos, como nos parece acontecer. Digamos que a família portuguesa encontra-se um tanto à margem do “mainstream” das sociedades onde os laços familiares se restringem ao núcleo convencional formado por pais e filhos. A família portuguesa tem maior abrangência, inclui irmãos, netos e não tem limites para as idades. Provavelmente, na família portuguesa ainda se encontrem resquícios do modelo ibérico de família (Dória, 1994) em que os laços de sangue eram altamente valorizados. A família portuguesa, em geral, protege os seus membros, ainda que alguns sejam pessoas com deficiência. No entanto, não se pode ignorar que a presença de uma pessoa com deficiência pode desgastar de forma objetiva e subjetiva o equilíbrio familiar. Sobretudo devido às dificuldades acrescidas que as famílias enfrentam para custear e suportar todo o aparato institucional, emocional, médico e económico, algo que envolve uma carga de responsabilidade individual, económica e simbólica bastante relevante (OMS, 2011).

No caso da maioria das mulheres da amostra é evidente que é na família que encontram suporte material e afetivo, refúgio e do aconchego contra os constrangimentos sociais, ainda que esta às vezes lhe cerceie os desejos de autonomia e liberdade. Tanto é que 88% das mulheres entrevistadas residem com pais, irmãos, maridos, filhos, netos. Se acrescentarmos 8% das que moram com tios e primos, são 96% das entrevistadas residindo com familiares. Da interpretação dos relatos das mulheres pode inferir-se que a família cuida destas mulheres, embora sem deixar de ser espaço onde a discriminação geradora de violência também acontece. Essa interpretação permite assumir a hipótese de que a sociedade portuguesa apesar de condenar, acusar ou discriminar as pessoas com deficiência, não as abandona, mantendo os vínculos de solidariedade. Arriscamos a hipótese de que se trata de um paradoxo dos resultados (Weber, 1971).

Digamos que faz parte da cultura portuguesa as pessoas se manifestarem de modo direto e sem mediações ao opinarem ou ao reclamarem de algo. Dito de outra maneira, de

falarem literalmente, sem rodeios “sem papas na língua”, sem ambiguidades, como o português do Brasil. Por outro lado, também são capazes de recuar e de reconsiderar a exacerbação dos sentimentos. Poderíamos dizer que é um traço cultural que parece um desencontro entre sentimento e gesto, o qual foi bem captado por Ruy Guerra, português de Moçambique, e por Chico Buarque, na canção “Fado Tropical, “Sabe no fundo eu sou um sentimental, todos nós herdamos do sangue lusitano uma boa dose de lirismo. Mesmo quando as minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar, e trucidar, o meu coração fecha os olhos e sinceramente chora. E se a sentença se anuncia bruta, mais depressa a mão cega executa, Pois que senão o coração perdoa”. Se estes versos são de facto ilustrativos de um traço do modo de ser ainda persistente entre boa parte dos portugueses, se de facto têm pertinência, é possível que muito do que as mulheres com deficiência da amostra consideram como forma de discriminação, tenha de ser reavaliado e relativizado. Por exemplo, quando nos dizem que muitas pessoas as consideram “coitadinhas”, talvez seja o caso de averiguar como isto é dito. Qual entonação? Será que a intenção do emissor era discriminar? E mais, o mundo atual segue o “mainstream” que rege a vida nas sociedades, e aquele aboliu a doação de si em prol de outrem. A sociedade portuguesa segue o “mainstream” global, mas faz atalhos, sobretudo nesta dimensão da vida, que é a solidariedade para com o seu próximo. Assim, o que se passa lá fora, nem sempre se compara com a nossa realidade. Mas nem tudo são flores, há que relativizar o tal cuidado familiar. Ele acontece, porém, nem todos os familiares desempenham responsabilidades de maneira semelhante. A atenção dos pais, principalmente da mãe, que estão disponíveis para o cuidado dos filhos com deficiência, nem sempre encontra a mesma disposição por parte de outros familiares para colaborar nesses cuidados. Pode ser por mera necessidade ou dependência económica ou psicológica, mas também é relevante perceber que é muito importante para muitas destas mulheres estarem abrigada na família, repelindo com veemência a hipótese de serem levadas para um “lar”. Nos “lares” onde, talvez, possam sofrer a violência diagnosticada pela literatura sobre o tema, pois um dos estudos aponta que as mulheres que vivem em instituições são provavelmente, pelo menos, duas vezes mais vitimadas do que as que vivem com a família ou na comunidade (Silva, 1991).

Os relatos das mulheres entrevistadas também nos revelaram que, por entre as adversidades vividas quotidianamente, existe a crença de um futuro melhor que mobilizam para as suas vidas, que lhes traz algum bem-estar porque acreditam que são capazes.

Para finalizar este artigo aqui ficam algumas sugestões que, segundo as entrevistadas, podem ajudar a ultrapassar, pelo menos em parte, as consequências das discriminações mais comumente sentidas. A primeira vai no sentido de ser necessário aumentar e concretizar as oportunidades de acesso a um trabalho remunerado, enquanto fator essencial para minorar a dependência, e dar corpo à autonomia e ao “empoderamento” das mulheres com deficiência e, com isso, reduzir as angústias de um futuro de reclusão ou isolamento, desprotegido e sem a solidariedade familiar. Algo que deveria seriamente mobilizar os agentes políticos para que as políticas públicas dessem uma especial atenção à formação profissional e ao emprego. A segunda, apela à melhoria dos serviços públicos, cujos agentes (dirigente e profissionais) parecem necessitar de formação e treino adequado para lidar com pessoas com deficiência e estar sensibilizados para os direitos humanos das pessoas com deficiência, através de campanhas esclarecedoras na televisão, na internet, nas escolas, nos hospitais, etc. A terceira, reporta-se à melhoria das condições gerais de acessibilidade, na medida em que os

transporte públicos, semáforos, passadeiras, edifícios, elevadores e rampas deixam muito a desejar. A quarta, e última sugestão, direciona-se para a necessidade de apurar quem são os autores dos maus tratos e formas de discriminação e violência praticados contra as pessoas com deficiência, para os punir civil e criminalmente.

Finalmente, importa referir algumas possíveis limitações da investigação realizada, que impedem a generalização dos resultados aqui apresentados e discutidos. A primeira, respeita à dimensão da amostra das mulheres com deficiência entrevistadas, a qual não pode ser considerada estatisticamente representativa da população das mulheres com deficiência. A segunda, tem a ver com o facto de os testemunhos das mulheres terem sido recolhidos apenas com base na memória das situações vividas. A terceira, deve-se ao facto de algumas dos episódios que foram identificados como sendo de violência sobre as mulheres resultarem da interpretação efetuada pelos autores do estudo.

### Bibliografia

- Blay, E. (Coord) (2014), *Feminismos e Masculinidades-novos caminhos para enfrentar a violência contra as mulheres*, São Paulo, Ed. Academia.
- Brownridge, D. (2006), "Partner Violence Against Women With Disabilities: Prevalance, Risk, and Explanations", *Violence Against Women*, (12) 9, 805-822.
- Casteel, C., Martin, S. L., Smith, J. B., Gurka, K. K., & Kupper, L. L. (2008), "National study of physical and sexual assault among women with disabilities", *Injury Prevention*, 14, 87-90.
- Coker, A. L., Smith, P. H., & Fadden, M. K. (2005), "Intimate partner violence and disabilities among women attending family practice clinics", *Journal of Women's Health*, 14, 829-838.
- Di Nubila, H.B & Buchalla, C. M. (2008), "O papel das Classificações da OMS - CID e CIF nas definições de deficiência e incapacidade", *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 11(2), 324-335.
- Dória, C. A. (1994), "A Tradição Honrada", *Pagu*, 2, 47-111.
- Durif-Varembont, J-P. (2014), "La violence de la quotidienneté", in Albert Cicone (dir.), *Handicap et violence*, Toulouse, Éditions Érès, 61-70.
- Elias, N. (1990), *O Processo Civilizacional*, Lisboa, Dom Quixote.
- Ferres, E., Megías, J.L. & Expósito, F. (2013), "Gender-based violence against women with visual and physical disabilities", *Psicothema*. 25(1), 67-72.
- Fiduccia, B. & Wolfe, L (1999), "Violence against Disabled women", *Center for women Policy Studies*, disponível em <http://www.centerwomenpolicy.org/pdfs/VAW5.pdf>.
- Haffejee, S, Hargreaves, S, Naidu, E. & Vetten, L (2005), "On the Margin: Violence against Women with Disabilities", Victoria-Canadá: Center for the Study of Violence and Reconciliation.
- Hague, G., Thaira, R.K., Magowan, P. & Mullender, A. (2008), "Making the links – Disabled women and domestic violence", Bristol, Women's Aid Federation of England.
- Horner-Johnson, W., & Drum, C. E. (2006), Prevalence of maltreatment of people with intellectual disabilities: A review of recently published research", *Mental Retardation and Developmental Disabilities Research Reviews*, 12, 57-69.
- Iglesias, M. (2002), "Violencia y mujer con discapacidad. Mujer y discapacidad: un análisis pendiente", in *Consejería de Asuntos Sociales del Principado de Asturias* (pp. 109-139). Oviedo, Grafinsa.
- Manjoo, R. (2012), *Report of the Special Rapporteur on violence against women, its causes and consequences-A/HRC/20/16.23*, New York, United Nations General Assembly.
- Martin, S.L., Ray, N., Sotres-Alvarez, D., Kupper, L.L., Moracco, K.E., Dickens, P.A. (2006), "Physical and sexual assault of women with disabilities", *Violence Against Women*, 12, 823- 837.
- Martins, J.S, (2000), *A Sociabilidade do Homem Simples-cotidiano e história na modernidade anômala*, São Paulo, Hucitec.

- Mays, J. M. (2006), "Disability feminist theory: domestic violence against women with disabilities", *Disability & Society*, 21 (2), 147-158.
- McCormack, B., Kavanagh, D., Caffrey, S., & Powers, A. (2005), "Investigating sexual abuse: Findings of a 15-year longitudinal study", *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 18, 217-227.
- Nixon, J. (2009), "Domestic violence and women with disabilities: locating the issue on the periphery of social movements", *Disability & Society*, 24(1), 77 – 89.
- OMS (2011), *Informe Mundial sobre la Discapacidad*, Genebra, OMS.
- ONU (1996), *Informe de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer*, Nueva IorK, ONU.
- ONU (2006), *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Disponível em <http://www.un.org/disabilities/documents/natl/portugal-c.doc>. Reacedido em 5 de outubro de 2016.
- Patrício, J.A. (2014), "Violência contra as mulheres: processos e contextos de vitimização", *Forum Sociológico* (25), 2-14.
- Pestka, K & Wendt, S. (2014), Belonging: women living with intellectual disabilities and experiences of domestic violence, *Disability & Society*, 29(7), 1031-1045.
- Petersilia, J.R. (2001), "Crime victims with developmental disabilities", *Crime, Justice, Behavior*, 28, 655-694.
- Powers, L. E., Curry, M. A., Oschwald, M., & Maley, S. (2002), "Barriers and strategies in addressing abuse: A survey of disabled women's experiences", *Journal of Rehabilitation*, 68(1) 4-13.
- Quinteiro, M. C. (2003), "Igualdade Qualitativa na Família", *Faces de Eva*, 9, 59-66.
- Sasaki, R. K (2014), *Como chamar as pessoas com deficiência*, Disponível em: <http://saci.org.br/?modulo=akemi&parametro=5497>, acesso em 12/03/2014.
- Saxton, M., McNeff, E., Powers, L., Curry, M. A., Limont, M., & Benson, J. (2006), We're all little John Wayne's: A study of disabled men's experience of abuse by personal assistants, *Journal of Rehabilitation*, 72(4), 3-13.
- Silva, L. F. (1991), "O Direito de Bater na Mulher-violência interconjugal na sociedade portuguesa", *Análise Social*, vol. XXVI, 385-397.
- Smith, D. L. (2007), "Disability, gender, and intimate partner violence: Relationships from the behavioral risk factor surveillance system", *Sexuality and Disabilities*, 26, 15-28.
- Sobsey, D. (1994), *Violence and abuse in the lives of people with disabilities: The end of silent acceptance?*, Baltimore, Brookes.
- Shum, G. M, Rodríguez, A. C. & Mayorga, I. P. (2006), *Mujer, discapacidad y violencia. El rostro oculto de la desigualdade*, Madrid, Instituto de la Mujer (Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales), Estudios 93.
- Thaira, R.K., Hague, G. with Mullender, A. (2011), "Losing out on both counts: disabled women and domestic violence?", *Disability & Society*, 26(6), 757-771.
- Weber, M. (1971), *Ensaio de Sociologia*, Rio de Janeiro, Editora Zahar.
- Wilson, C. & Brewer, N. (1992), "The incidence of criminal victimization of individuals with an intellectual disability", *Australian Psychologist*, 27, 114-17.
- Yoshida, K.K., Odette, F., Hardie, S., Willis, H. & Bunch, M. (2009), Women living with disabilities and their experiences and issues related to the context and complexities of leaving abusive situations. *Disability and Rehabilitation*, 31, 1843-1852.
- Young, M. E., Nosek, M. A., Howland, C. A., Chanpong, G., & Rintala, C. G. (1997), "Prevalence of abuse of women with physical disabilities" *Archives of Physical, Medicine and Rehabilitation*, 78(12), 34-38.